



V. 7, n. 1, p. 06 – 13, jan - mar, 2013.

ISSN 2317-3122

Editora do GVAA – Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas – Pombal – PB www.gvaa.org.br

Revista RBGA: <http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

Autores

Catia Moreira Goncalves^{1*}

*Edinaldo Barbosa Pereira Junior*²

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 10/09/2012. Aprovado em 12/03/2013.

¹ Geógrafa, Mestranda em Relações Culturais e Históricas na Educação pela UNISUL, e-mail: catia.moreirag.@hotmail.com

² Geógrafo, D.Sc em Fitotecnia, Prof. do Instituto Federal da Paraíba, Campus Sousa, e-mail: ebpjr2@hotmail.com

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL
GVAA – GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E
ABELHAS – POMBAL – PB

Revisão de Literatura

Cenário e perspectivas da educação ambiental

RESUMO

O presente artigo caracteriza-se no levantamento bibliográfico em diferentes bases de pesquisa que concerne ao conhecimento sobre educação Ambiental. Percebe-se que na Escola, o espaço apropriado para a formação ou pelo menos, tem por desígnio a formação de cidadãos face aos métodos e o caráter investigativo, que ao analisar o espaço do aluno, contribui para o conhecimento empírico, teórico e crítico da realidade. Nas condições práticas, como treinamento de pessoal para a realização efetiva da multidisciplinaridade do tema educação ambiental, envolvendo um maior número de aluno, orientando a preservar o meio em que vivem, e assim tornarem-se multiplicadores em suas casas, juntos aos familiares, vizinhos e outras pessoas mais próximas do seu convívio.

Palavras-chave: Ensino, meio ambiente, Práticas Pedagógicas

Scenario and prospects of environmental education

ABSTRACT

The article characterized the literature based on different search terms to knowledge about environmental education in different. It is noticed that in the school, the appropriate space for training or at least has a plan for training of citizens in relation to investigative methods and character, to analyze the space that the student contributes to the empirical, theoretical and critical reality. In practical conditions, such as training of personnel for the effective realization of multidisciplinary environmental education theme, involving a larger number of students, guiding them preserve their environment, and thus become multipliers in their homes, together with family, neighbors and others of his closest associates.

Key words: Education, environment, Pedagogical Practices

INTRODUÇÃO

A inadequação do processo de ensino-aprendizagem realizado nas escolas no tocante aos objetivos, conteúdos e métodos, tem provocado uma consolidação precária de conhecimentos geográficos. O diálogo com a realidade do “*além muro da escola*” não é suficientemente discutida e problematizada, pois, resiste ainda à idéia da disciplina de Geografia como simples memorização. Estas são algumas das lacunas que envolvem o ensino das ciências Geográficas nos dias que percorrem.

As experiências vividas em sala de aula me induziram ao entendimento que o espaço escolar e os conteúdos trabalhados estão distante do mundo vivido pelos alunos, fechando-se as experiências vivenciadas nas cidades, que também são formativas. “A cidade é um mundo concreto e imediato, é a expressão de um modo de vida, formador de sentidos, de pertinência” CAVALCANTI (1997), “*um lugar onde as pessoas se reúnem para conviver, para aprender, para participar da vida social e política*”, GRANDEL e VILA et. al (2003).

Os conteúdos, os objetivos, o papel do professor e o método de ensino ajudaram a construir caminhos na busca de novas dimensões para o trabalho, pois, como se encontra hoje pode asseverar que o aluno é penalizado com o mundo teórico proporcionado, portanto, na tentativa de fazer o mundo teórico transcender os limites da abstração para se materializar no concreto da prática do cotidiano, buscando unir experiências/conhecimentos dos educando com os conteúdos estudados nas aulas.

O eixo de análise permeia a cidade, escola, ensino de meio ambiente e cidadania. Nesse contexto, algumas características são visíveis para o estabelecimento dessa realidade: no âmbito educacional, o Brasil dispõe de um sistema ineficaz e conservador calcado na prática do livro didático; na ausência de recursos financeiros principalmente no tocante ao material didático e na qualificação adequada para os professores; ensino de disciplinas compartimentadas e sem articulação com a educação formal que introduz conceitos de cidadania, ética e moral, direitos humanos, educação ambiental e outros.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) cujo objetivo é auxiliar os professores de ensino médio e fundamental a trabalhar de forma integrada e interdisciplinar os conteúdos das disciplinas, com as realidades cotidianas do alunado.

Haddad (1997) relata que há uma carência de espaço de reflexão sobre a EJA, tanto nos cursos de magistério, quanto nas faculdades de educação e na pós-graduação. Embora já exista movimento dentro de alguns programas, a maioria das faculdades de educação não percebe a EJA dentro do seu próprio currículo. Portanto, se faz engajar a Universidade à experiência como campo de investigação e fazê-la parceira indispensável na tarefa educacional e de pesquisa na formação de profissionais nesta área.

A educação ambiental articulada com as práticas sociais, no contexto atual de degradação crescente dos ecossistemas envolve uma necessária produção de conhecimentos por parte dos educadores, envolvendo um conjunto crescente destes atores sociais, potencializando o

engajamento e a aplicação da interdisciplinaridade. Visando interpretar as inter-relações do meio social e do meio natural, no intuito de buscar alternativas sustentáveis para o desenvolvimento socioambiental (JACOBI, 2003).

De acordo com Leff (2001) não é possível resolver os problemas sociais e ambientais da humanidade ou mitigar os efeitos dessa degradação gerados pelo sistema de racionalidade vigente baseado no modelo econômico de desenvolvimento vigente. Tem-se intensificado nos últimos anos uma preocupação crescente da sociedade com os problemas ambientais.

O presente artigo caracteriza-se no levantamento bibliográfico em diferentes base de pesquisa que concerne ao conhecimento da educação Ambiental em diferentes contexto.

Educação Ambiental: O começo

As questões ambientais começaram surgir pelos idos da década de 60 e 70, com as manifestações contra a contaminação do ar em Londres e Nova York, com a intoxicação por mercúrio no episódio conhecido como o da Baía de Minamata no Japão em 1953, onde ocasionou a morte de pássaros e a redução de vida aquática por contaminação DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e outros pesticidas, mais de 300 pessoas morreram devido à ingestão de peixe contaminado com mercúrio. Este episódio teve ampla divulgação, apontando para a irracionalidade do modelo capitalista, fazendo com que vários países desenvolvidos temessem a contaminação, visto que, poria em risco o futuro das sociedades mundial.

Inicialmente é interessante discutirmos e fazermos uma analogia breve sobre a ocupação do homem no espaço geográfico, ou seja, a partir de sua evolução ele criou novas necessidades, utilizando-se cada vez mais de recursos disponíveis na natureza, transformando a paisagem e conseqüentemente determinando problemas ambientais que até a atualidade são agravantes.

Por volta de 10.000 anos atrás, correspondendo a 90% do tempo de evolução da humanidade, entre os períodos Paleolíticos – da pedra lascada – e Neolíticos – da pedra polida, o homem era nômade, ou seja. As atividades econômicas surgiram, inicialmente, com a coleta de frutos, raízes, ramos, madeiras e outras. Também, há cerca de 700.000 anos atrás, o homem já usava o fogo, provocando queimadas e destruição da vegetação primitiva. Os agrupamentos humanos organizavam-se em cavernas e posteriormente, em cabanas de palha e madeira, cercadas por paliçadas. (KADE, 1975).

Logo após, “o homem passa a ter uma vivência seminômade, praticando atividades de domesticação de animais de pastoreio, para obtenção de carne, leite, peles e também para tração”. (KADE 1975). A forma de vida passa a ser sedentária, com a introdução da agricultura, em atividades de seleção de sementes de plantas nutritivas e toleráveis, a policultura de milho, mandioca, feijão e outros.

Neste período seminômade os cultivos substituem as florestas e campos naturais, reduzindo a biodiversidade das espécies e já causando extensos processos erosivos, de poluição das águas por biocidas e

fertilizantes, eliminação de espécies vegetais e animais nativos e proliferação de pragas devido à prática constante de monocultura.

Já na alta Idade Média, desenvolvem-se vilas, cidades, em oposição ao feudo de base rural. O comércio de produtos primários e manufaturados básicos, como roupas e objetos de uso doméstico, desenvolvem-se com os burgueses, que prosperam. Os problemas sanitários urbanos são graves, pois os povoados apresentam alta densidade demográfica, com a característica de cidade fechada para defesa (formação de paliçadas, território): não apresentavam rede de água, apenas fontes nas praças; nem mesmo esgotos e os lixos eram deixados às portas das casas. “É um período que se caracteriza por grandes *pestes*, que dizimavam a população urbana, como o exemplo da peste bubônica transmitida por ratos, que devastou a Europa”. (FORRATINI, 1992.p.32).

Daí, podemos definir que ao longo da formação das civilizações com a natureza, que no decorrer deste processo ocorreu interferência no ecossistema, e hoje tem proporcionado uma forte pressão exercida sobre os recursos naturais. Nos dias atuais é comum a contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente.

Nesse contexto a Educação Ambiental nasce do movimento ecológico, que surgiu tardiamente em todo o mundo a partir de 1962, após publicação do livro “Primavera Silenciosa”, da jornalista Rachel Carson. Nessa obra, a autora discute acerca de questões do meio ambiente no mundo, abordando problemas relacionados à qualidade de vida da população, prejudicada pela crescente perda de qualidade ambiental, fruto da exploração predatória dos recursos naturais, devido aos interesses do capital.

Diante deste alerta vários movimentos ambientalistas surgem, com uma preocupação inicial de proteção dos recursos naturais, contra a exploração abusiva e destruidora, nos aspectos éticos ou estéticos. O desenvolvimento do conhecimento científico apontava, no entanto, para a emergente globalização dos problemas ambientais. As mobilizações ambientais passam a dar enfoque a violação dos princípios ecológicos, que colocam em jogo a possibilidade de sobrevivência à longo prazo de toda a humanidade.

Envolvidos por este cenário, os cientistas dos países desenvolvidos se reúnem em Roma (1968) tendo como pauta a discussão do consumo e as reservas de recursos naturais não-renováveis, e o crescimento populacional até meados do século XXI, conhecido como “Clube de Roma”, conclui sobre a necessidade urgente de buscar meios para a conservação dos recursos naturais, controlar o crescimento da população, investir numa mudança radical na mentalidade consumo e procriação. Neste período pela primeira vez a problemática ambiental foi colocada a nível mundial.

Como consequência desta reunião, a ONU (Organização das Nações Unidas) organiza em Estocolmo (1972), a primeira conferência mundial do meio ambiente que ressalta a necessidade de envolver o cidadão na solução dos problemas ambientais e estabelece uma série de princípios norteadores para um programa internacional.

A educação ambiental passa a ser vista como elemento auxiliar no combate da crise ambiental. A UNESCO juntamente com a ONU ficou responsável pela divulgação e realização desta nova perspectiva educativa, com a missão de realizar vários seminários regionais em todos os continentes, procurando estabelecer os fundamentos filosóficos e pedagógicos da educação ambiental, tendo como principal objetivo a proteção do meio ambiente.

Em 1975 realiza-se em Belgrado a primeira reunião de especialistas em educação e áreas afins (Encontro Internacional de Educação Ambiental), no intuito de definir os objetivos, conteúdo e métodos, e orientação para um programa internacional de educação ambiental. E formulada a carta de Belgrado que alerta sobre as consequências do crescimento tecnológico e econômico sem limites. A educação ambiental é citada como um dos meios de se combater com maior eficiência e velocidade a crise ambiental do mundo.

O primeiro Congresso Internacional de Educação Ambiental ocorreu em 1977, em Tbilisi (Geórgia – antiga URSS), foram apresentados os primeiros trabalhos ainda proposto aos governantes definirem objetivos e estratégias a nível mundial e foi acrescentado aos princípios básicos da carta de Belgrado que a educação ambiental deve ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais e desenvolver o censo crítico e as habilidades necessárias para a resolução dos problemas, utilizar diferentes ambientes e métodos educativos para a aquisição de conhecimentos sem esquecer a necessidade de realização de atividades práticas e valorização das experiências pessoais.

O segundo Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente ocorreu no ano de 1987, em Moscou, onde é colocada a necessidade de formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da educação ambiental na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino.

Nos anos de 1984 e 1988 realizam-se o Primeiro Encontro Paulista de Educação Ambiental conhecido também como *O Primeiro Encontro Nacional de Educação Ambiental*, onde se reúne pela primeira vez àqueles que praticavam e pesquisavam sobre a educação ambiental.

A primeira Conferência realizada no Brasil foi em 1992 foi Estado do Rio de Janeiro, abordando a temática dos problemas ambientais global e o desenvolvimento sustentável, nesta conferência foi idealizada a Carta Brasileira de Educação Ambiental elaborada pela coordenação de educação ambiental do MEC, onde é avaliado o processo de educação ambiental no Brasil e se estabelecem as recomendações para capacitação de recursos humanos. É também neste momento aprovado o programa nacional de educação ambiental (PRONEA) que prevê a idealização de ações no âmbito da educação formal e não-formal e várias organizações estaduais de meio ambiente e ONG's para implantar programas de educação ambiental onde cada município com suas respectivas secretarias de meio ambiente devem desenvolver atividade em prol da conservação ambiental.

Educação Ambiental no Brasil.

No Brasil, a Educação Ambiental foi confundida muitas vezes como Ecologia e outras ciências, portanto iniciando de forma incorreta, produzia-se trabalhos, livros, temas e conceitos a partir de uma visão unilateral ou da Ecologia, que definia a Educação Ambiental como sendo apenas a preservação da fauna e da flora, colocando o homem e a sua condição de vida distante desta problemática, eram escassos logo no início discussões (cursos, simpósio e treinamentos) sobre a Educação Ambiental.

Somente na Constituição Brasileira de 1988 no “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as, presentes e futuras gerações”. Surgem inovações que apesar de muitos esforços continua no papel, pois dizer que cabe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e afirmar que a conscientização pública para a preservação do meio ambiente segunda a nossa constituição é fácil, o difícil é a vontade política ao longo dos anos, em fazer valer o que foi discutido por tantos políticos. Até o momento pouco se tem feito pela definição de uma política em prol da Educação Ambiental e o professor continua na escola muitas vezes sem qualquer orientação para trabalhar a referida temática.

Podemos perceber que o processo de adoção, assimilação e conscientização ambiental é lento, mesmo reconhecendo os esforços das autoridades, e entendendo que eles devem se engajar ainda mais, como toda a sociedade mundial, para que a vontade política desperte em nossos representantes a necessidade de um plano ativo para propiciar condições e qualidade de vida no nosso planeta Terra.

A Lei Federal nº 9.795 afirma que a presença do ensino formal da Educação Ambiental no Brasil, deveria abranger amplamente os currículos das instituições educacionais de ensino públicos e privados englobando: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos. Tudo isso com uma ressalva bastante importante que, não deverá ser implantada como disciplina nos currículos e sim, como temas transversais.

O que costumamos perceber é que raramente os projetos de Educação Ambiental, estão inseridos no projeto educativo da escola, caracterizam-se por serem projetos extracurriculares, nos quais a transversalidade nas disciplinas, quando acontece, é centralizada em um tema específico com atuação exata, onde muitas vezes essas iniciativas tornam-se transitórios e esporádicos. O MEC-Ministério da Educação antes mesmo da lei PNEA, definiu meio ambiente como tema transversal nos PCN. Sxzabemos que nem o reconhecimento da necessidade nem o da obrigatoriedade da lei é suficiente para garantir na escola uma Educação Ambiental de qualidade.

Na escola a prática da Educação Ambiental busca assegurar um ensino-aprendizagem que torna os estudantes aptos a compreenderem o conceito do meio ambiente e seus processos e a dinâmica articulada com um

projeto educativo da escola. Atualmente a escola buscar formar cidadãos conforme a referencias dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados pelo MEC e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional. Buscam formar indivíduos que tenha uma visão critica da atual realidade e que compreendam e acima de tudo se preocupem com o destino coletivo e saibam se posicionar diante dos desafios do mundo.

No Brasil a escola é o meio mais viável para contribuir com a formação do homem consciente, para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, como o ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos, comportamentos ambientalmente corretos, serão aprendidos na pratica do dia-dia na escola com gestos de solidariedade, plantar uma arvore, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes. Desenvolvendo uma atitude educativa voltada para a formação ambiental, a escola está capacitando o aluno para viver melhor no meio em que habita.

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais, sugere que a Educação Ambiental deve expedir os educando a reflexão sobre os problemas que comprometem a vida, na sua comunidade, no seu país e a do planeta, essa cogitação deve proporcionar oportunidades para que o aluno possa rever valores e mudar de comportamento concernente a sua realidade local e global. Mesmo diante de tais orientações, fundamentadas no catastrofismo, holismo ou arcaísmos, não tem causado resultados eficientes, em adjacência de educação e atitude.

Embora a Educação Ambiental seja proposta como um tema transversal, é bem comum percebermos no cotidiano escolar transvertida como unidade da disciplina de ciências/biologia, em virtude da sua ligação com ecologia, que propõe conhecimento científico, no entanto, não discute valor e seus impactos sobre modos e comportamentos, sendo assim uma abordagem forçada ou superficial, privilegiando eventos pontuais como comemoração do dia da árvore, semana do meio ambiente, ao invés de um trabalho planejado, de modo que o tema meio ambiente permeie todo o currículo escolar.

Pádua (1988.p.41), comenta que “a história do Brasil, com seus grandes ciclos cana -de- açúcar, ouro diamante, café...”, oferece oportunidades incomensuráveis de explorar os aspectos éticos das relações entre natureza e sociedade, entretanto, está é uma abordagem quase sempre desconhecida, não só pelos professores de história, mas pelos profissionais da educação, incluindo coordenadores pedagógicos, autores de livros didáticos, dentre outros profissionais.

Essa sugestão torna-se desafiadora a medida que se questiona a formação dos educadores, principalmente perpetuo uma proeminência aos professores de educação de Jovens e Adultos, que muitas vezes não são capacitados para trabalhar nesta modalidade e muito menos está temática: “... ao se introduzir a educação ambiental no ensino formal passa pelos caminhos da transversalização de temas no ambiente escolar, tradicionalmente organizado pelo quadro disciplinar.” (OLIVA, 1987).

As iniciativas sobre o que será aplicado e discutido estão sob o cargo das áreas e disciplinas e que a escola

deve criar condições para que a comunidade se insira numa outra e mais elevada realidade, confrontando idéias e valores, ocasionando assim a autonomia do educando. Na formação e organização dos conhecimentos adquiridos, do inter-relacionamento entre práticas culturais e ambientais, produzindo narrativas biorregionais, que certamente tornar-se-ão instrumentos fundamentais no desenvolvimento de relações sócio-ambientais mais pacíficas.

A relação entre educação, escola e meio ambiente tem repetido as relações historicamente manifestadas entre sociedade, ciência e o ambiente global, antigamente ciência era predominantemente fundamentado pela ética antropocêntrica, utilizando e conceituando o ambiente unicamente como fonte de recurso natural, disponível para o homem.

No Brasil, inúmeras vezes o professor procedia, de forma obrigatória, que os alunos decorassem os nomes dos rios afluentes da Amazonas, destacando os recursos naturais como minérios, madeira e demais produtos da região que seriam utilizados pelo homem, na outra face do mesmo racionalismo cartesiano, muitos professores de ciências naturais persistiam em agregar o conceito de natureza aos ecossistemas naturais intocados, atribuindo uma obliquidade naturalista ao currículo escolar, isso impede a advertência e análise dos fatores de transformação ou de degradação gerados pelo avanço das civilizações.

Nesse contexto podemos perceber que as visitas escolares são sempre direcionadas a ambientes como florestas, matas, enquanto os lugares que foram transformados, muito próximo da realidade do aluno são ignorados, por exemplo, o professor ao trabalhar geografia física, aborda o clima, relevo, vegetação e hidrografia como partes do mundo natural, chegando até identificar ecossistemas ou biomas, porém desvinculado da das relações sociais.

Atrelada aos atuais episódios mundiais sobre ecologia, advindas a partir da década de 70, veio à reestruturação do conceito de ambiente, confirmando as relações recíprocas entre natureza e sociedade. Tais avanços têm gerado alterações e mudanças nos livros didáticos, de modo que, a palavra ecologia e meio ambiente começaram a surgir com mais freqüências nos livros textos, não obstante repetidamente adjuntos explicita ou implicitamente aos padrões culturais reforçando a ética antropocêntrica.

A universidade tem sido o local, a instituição, o abrigo, o celeiro, onde o saber é semeado, plantado, cuidado e expandido. É por meio dela que o saber pode transcender as paredes invisíveis construídas para segurar o povo de sua alforria da alienação para a construção de seu saber, do saber fazer e do saber ser. Mas para tanto, é preciso haver uma articulação em torno das questões que envolvem a universidade e a sociedade na qual está inserida, sugerindo, que posições de neutralidade não a impeçam de cumprir a sua missão: a de construir e disseminar conhecimentos e de educar para a vida, unindo a sabedoria da reflexão e audácia da ação sobre a reflexão. (SILVIA ESTER ORRÚ 2002).

Contudo, sabemos que no Brasil as universidades estão cada vez mais se distanciando da sua real missão, de instruir e capacitar o professor, que passa a ser um

indispensável articulador e mediador na construção do conhecimento. O Curso superior em ciências exatas, por exemplo, não prepara o professor para a tarefa de ensinar, planejar, organizar, avaliar e ministrar uma aula contextualizada, até mesmo os livros didáticos muitas não ajuda.

Assim, a formação do professor é a condição essencial para inserir as questões práticas da educação ambiental no ensino formal. É necessário trabalhar com corpo docente com a organização de cursos interdisciplinar de educação ambiental. A formalização deve ser uma preocupação dos secretários de Educação e do meio Ambiente de cada município, com o aval da Secretária do Estado.

Percebe-se, portanto que a educação ambiental no Brasil, desde o surgimento vêm sendo considerada como um tema transversal, trabalhado de maneiras variadas no entanto longe de atingir a sua principal função de contribuir para a formação de seres consciente, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental, comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade local e global. Para isso é necessário mais que informações e conceitos, a universidades, a escola deve se engajar numa corrente que proponha trabalhar com o ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos na formação de valores. Esse é um grande desafio da educação ambiental no Brasil.

Conceitos e Princípios Básicos da Educação Ambiental.

Uma das maiores dificuldades tem sido chegar a um consenso quanto ao conceito exato referente à educação ambiental. Na Conferência de Tbilisi, à definição proposta foi: a educação ambiental como “uma dimensão que deveria ser dada ao conteúdo e prática educacional, buscando a resolução dos problemas do meio ambiente, via enfoque interdisciplinares, e de uma ativa e responsável participação de cada individuo e da coletividade como um todo”. Abordam a educação ambiental como uma solução para as diversas preocupações referentes aos danos ambientais existentes e visa contar com atitudes compartilhadas entre todos os seres humanos.

Segundo REIGOTA (1998) a educação ambiental “deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania social, nacional e planetária, alto gestão e ética nas relações sociais e com a natureza.” Neste contexto, portanto, o autor afirma que a educação ambiental deve incentivar o individuo a participar ativamente das resoluções dos problemas existentes no meio ao qual está inserido.

Diante de todas as reflexões sobre educação ambiental muitos professores ainda estão bitolados a educação ambiental como um conjunto de atividades relacionadas exclusivamente a ecologia, e não como “uma filosofia de condução da pratica da educação, que contribua para o alcance da cidadania plena”(RUTKOWSKI, 1985).

Conforme KOFF (2010) “ensinar educação ambiental é principalmente ensinar o respeito à vida e ao que com

ela está relacionado” Estabelece a interdependência entre o ambiente natural e o sócio – cultural, levando em conta aspectos fundamentais para uma ação holística, ético, ecológico, político, econômico, estético, social, moral e tecnológico, não está restrita apenas a prática pedagógica voltada apenas à transmissão de conhecimentos sobre ecologia, mas trata de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas a participação dos indivíduos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

Os princípios básicos declarados na Conferência de Tbilisi (UNESCO & UNEP, 1980) que norteiam a educação ambiental são vários e de grande importância para a proteção ambiental, o primeiro que iremos fazer referência é o ambiente precisa ser conhecido como um todo desde os aspectos sociais, biológicos políticos, econômicos científico, onde o aluno deve conhecer o ambiente e atuar sobre ele .

O segundo princípio afirma que a educação ambiental deve acontecer dentro e fora da escola e que o educando além de conhecer, necessita estender suas ações ao entorno em todos os níveis de ensino, de forma disciplinar abrangendo todas as áreas de conhecimento, pessoas ou grupos sociais na prevenção e busca de soluções para os problemas ambientais que o globo terrestre apresenta.

E por ultimo surge o terceiro que argumenta a necessidade de criar modelos de conhecimentos e responsabilidades ética nos indivíduos, grupo e sociedade como um todo, em direção ao meio ambiente, pensa-se desse modo que a escola, no que diz respeito à questão ambiental, deva trilhar caminhos em que a criticidade seja o fio condutor para a ação educativa. Portanto, os/as educadores/as precisam fundamentar suas práticas e vivências no reconhecimento da realidade social, econômica, política e cultural de seus/as educando/a.

Sabe-se que a questão ambiental requer mudanças de valores, atitudes e principalmente diálogo. Sem dúvida, tais elementos serão alcançados mediante princípios educativos que evidenciem inquietações, inovações e enfrentamento por parte de todos os atores sociais envolvidos no processo educativo.

Aspecto Pedagógico da Educação Ambiental nos dias atuais

O aspecto pedagógico nesta modalidade de EJA se apresenta como uma alternativa valiosa para resolver os problemas de educação, e proporcionar ao educando uma aprendizagem significativa, que permita que eles venham a melhor compreender o mundo, e para isso nada melhor do que um sistema educativo orientado para ambientes educativos flexíveis e funcionais , onde os jovens e os adultos possam entrar em contato com conceitos e idéias relevantes para seu presente e seu futuro.

“As instituições atuais estão impregnadas de concepções anacrônicas e fragmentadas tanto em relação ao mundo quanto em relação ao lugar do homem neste mundo.” (MUÑOZ,1995) A educação deverá liberta-se da fragmentação imposta pelo paradigma positivista e sua racionalidade instrumental e econômica, bem como de seus estreitos pontos de vista, atualizar-se em relação ao

conhecimento produzidos pelos mais importantes cientistas, artistas humanistas de nossa época e unir forças com outras instituições sociais visando à construção de um mundo mais humano e sustentável.

Os problemas da educação não são os mesmos para todas as pessoas, ou seja, não afetam da mesma forma os diferentes membros da sociedade e nem de todos que costumam reclamar. As forças sociais e econômicas influentes que se opõem as mudanças na educação são muito poderosas e, o que é ainda mais grave está incorporado em nós mesmo, “desde o momento em que somos formados numa escola preparada para reproduzir e aceitar passivamente a ordem social estabelecida.” (FREIRE, 1970).

Crises e Reformas na Educação versus Mudanças

A maioria dos países de nosso continente tem iniciado processos de reforma, de maior ou menor extensão, em seus sistemas educacionais. Comenta-se com frequência de crises no sistema educacional desde década de 70, no entanto, verifica-se um desajuste entre as expectativas sociais depositadas na educação e as respostas que elas têm sido dadas pelos distintos sistemas educacionais.

A sociedade juntamente com seus responsáveis políticos, seus agentes educacionais e os próprios usuários do sistema educacional, não acredita que as reformas introduzidas ao longo da segunda metade do século XX, em função da crise estabelecida, tenham conseguido alcançar os objetivos desejados de melhoria qualitativa e quantitativa da educação.

A situação atual é caracterizada como elemento de exclusão das camadas mais necessitadas da educação publica que exige a implantação de dimensões educativas novas, melhores e mais democráticas. E tem como um desafio disseminar um desenvolvimento sustentável, que deve ser construído, mas que é continuamente afetado por novas variáveis emergentes, constituindo um horizonte dificilmente atingível, ideologicamente complexo e de elucidação desafiadora.

“O debate sobre a escola e sobre as modalidades de formação fora dela gera preocupações em relação a sua capacidade de incorporar a aceleração das transformações científico - tecnológicas e as exigências de um mercado internacional cada vez mais globalizado” (MEDINA 1994).

A vertiginosa rapidez das transformações sociais da época contemporânea, mudanças econômicas, tecnológicas, produtivas, situa-se num horizonte inevitável e, sem dúvida, necessitado de freqüentes adaptações e atualizações educacionais. Num mundo de transformações, com outras necessidades, a educação e a formação adquirem uma dimensão mais complexa do que aquela que tem tido tradicionalmente, transcendendo, inclusive o período vital a que ate agora circunscrevia, estendendo-se a setores aos quais não chegava anteriormente, convertendo-se, enfim, em educação permanente e continuada.

Essas considerações são elementos necessários para estabelecer e entender a introdução da Educação Ambiental na educação, num contexto geral de transformações e de expectativas futuras. A incorporação

da Educação ambiental na escola só será possível se o sistema for capaz de adaptarem-se as suas necessidades, e ela, por vez, conseguir obrigá-lo a uma profunda mudança que restabeleça os fins, os conteúdos e as metodologias de ensino.

A educação Ambiental permitirá pelos seus pressupostos básicos, uma nova interação criadora que redefine o tipo de pessoas que queremos formar e os cenários futuros que desejamos construir para a humanidade, em função do desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental. Torna-se necessária a formação de indivíduos que possam responder aos desafios colocados pelo estilo de desenvolvimento dominante, a partir da construção de um novo estilo harmônico entre a sociedade e a natureza e que ao mesmo tempo sejam capazes de superar a racionalidade meramente instrumental e economista, que deu origem as crises ambientais e sociais que hoje nos preocupam.

Educação de jovens e adultos

É a partir de 2004 na afirmação de Paiva (2006) que o governo brasileiro investe no alargamento político de EJA, entendendo que um programa de alfabetização é muito limitado para garantir o direito constitucional. Complementa a pesquisadora que: [...] a continuidade de estudos é meta inalienável da EJA, também se põe, como desafio, a garantia do ensino médio por via da mesma modalidade.

É crescente a necessidade de demanda social por políticas públicas, nessa modalidade de ensino e em outras áreas. As políticas públicas que almejamos devem resultar em um corpo teórico bem estabelecido. E que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas desse jovem e adulto, em situação de aprendizagem escolar.

Nessa mesma direção Moura (2006) citando Ireland et al (2004) aponta para uma política pública para a EJA de forma humanizadora da educação, não se restringido a “tempos próprios” e faixas etárias, mas que se faz ao longo da vida, de acordo com a Declaração de Hamburgo de 1997. Essa ampliação conceitual implica reconhecer que esse é um campo complexo, que envolve diversas dimensões que não podem ser limitada apenas ao ensino, mas à educação.

A EJA tem uma amplitude de sujeitos, pois envolvem aqueles que ficam a margem do sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de fatores adicionais como raça/etnia, cor, gêneros entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais.

É nesse cenário de lutas e embates pedagógicos que a Educação de Jovens e Adultos, aponta para uma outra institucionalidade. A perspectiva de uma educação ao longo e ao longo da vida, que significa continuidade de estudos até o nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador de chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho (MACHADO, 2006).

MOURA (2006), cabendo inicialmente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ser o local

privilegiado para o oferecimento da modalidade EJA integrada à educação profissional. Isso ocorre face algumas instituições da Rede em referência já terem experiências nesse âmbito com jovens e adultos, ampliando-se posteriormente também para os estados e municípios.

Para MACHADO (2006), a EJA ganha significação nesse contexto atual de mudanças paradigmáticas e de busca da universalização da educação básica. E de ampliação de oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção social e no mundo do trabalho.

A implantação do PROEJA provoca um duplo desafio. Primeiro, o enfretamento da descontinuidade que é a marca registrada da EJA e, o segundo é porque abre espaço para a interlocução entre a Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio e a profissionalização. No campo da EJA, essas são categorias que dialogam ainda de forma muito tímida, nas poucas iniciativas que existem no nosso país (Moura 2006b).

Paiva (2006), afirma que existem municipalidades realmente sensíveis aos anseios dessa demanda e têm dado respostas para a Educação de Jovens e Adultos. Seus gestores sabem que governam para todos. Essas experiências são de grande importância, porque vêm construindo saberes, lideranças e legitimidade política.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Portanto é necessário uma abordagem mais detalhada e profunda sobre meio ambiente, visando incentivar e acima de tudo orientar as diferentes gerações este assunto fácil de ser abordado e discutido, quando se utiliza recursos e procedimentos inovadores, dando liberdade aos educado para formar suas próprias idéias e relaciona não esquecendo que o objetivo da ação educativa é preparar os alunos para a vida plena e cidadã. Sendo também necessário rever uma política administrativa no sistema escolar capaz de promover mudanças e colocar a Educação Ambiental no mesmo patamar de importância das demais disciplinas, dando espaço para os questionamentos e as reflexões cabíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, C. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para reflexão. In. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.p.384.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992. P.399. Educativo. /organizado por Carmen Gómez-Granell e Inácio Vila. Porto Alegre: artmed, 2003.

FORRATINI, P. Ecologia, epidemiologia e sociedade. São Paulo: Editora artes médicas; Editora USP, 1992. p.32.

GRANELL, C. G.; VILA, INÁCIO. Introdução. In: A Cidade como Projeto. 2003.

HADDAD, S. A Educação De Jovens E Adultos E A Nova LD.B.. 1997

KADE, G. O homem e seu ambiente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.p.18

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, L. PROEJA: O significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

MEDINA, M. N. "Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar-1º grau. In: Amazônia : Uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental. Brasília. IBAMA, 1994.

MOURA, Dante Henrique. EJA: Formação técnica integrada ao ensino médio. In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 3ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

PÁDUA, S. T. M. Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipé. 1988.p.41.

PAIVA, J. Histórico de EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

REIGOTA, M. Desafios á educação ambiental escolar. In: JACOBI, P.et.al. (orgs). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.p.50.